

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.999, DE 2019

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos.

Autor: SENADO FEDERAL - ALVARO DIAS

Relator: Deputado DOMINGOS NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.999, de 2019, vindo do Senado Federal, de autoria do Senador Álvaro Dias, "(a)ltera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos."

Na forma do parágrafo segundo do art. 4º da Lei nº 5.851, de 7 de setembro de 1972, na redação do Projeto, o licenciamento para o uso da marca só será permitido quando vinculado a tecnologia, produto ou serviço desenvolvidos pela Embrapa.

A proposição ainda altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, dispondo que os recursos arrecadados por meio de contratos de



[Handwritten signature]

transferência de tecnologia e inovação deverão ser exclusivamente aplicados em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação da Embrapa.

Por fim, prevê que “para fins de gestão administrativa e financeira dos recursos, a Embrapa poderá celebrar acordos, contratos e/ou convênios, por prazo determinado, com fundações de apoio, instituídas nos termos da Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004.”

Na forma do despacho da Presidência, o Projeto ora em exame foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Finanças e Tributação e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a que incumbe examinar a matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade (Art. 54, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

O regime de tramitação do Projeto é o prioritário, consoante o que dispõe o inciso II do art. 151 do Regimento Interno desta Casa. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou a matéria, sem emendas, nos termos do voto do relator naquele Colegiado, o Deputado Lucas Redecker.

A Comissão de Finanças e Tributação, secundando o voto do relator ao Projeto nº 5.999, de 2019, ali designado, o Deputado Sidney Leite, pronunciou-se pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



A União tem competência, dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre tecnologia e pesquisa na forma do art. 24, inciso IX da Constituição da República.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria do Projeto de Lei nº 5.999, de 2019, em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

Há, todavia, necessidade de se corrigir remissão que parece a esta relatoria equivocada. O parágrafo quarto do art. 4º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, da Lei nº 5.581, de 7 de dezembro de 1972, na versão do Projeto, refere-se a fundações de apoio instituídas nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, quando o correto teria sido referir-se à Lei nº 8.958, de 2004. Este relator apresentará, anexa ao presente parecer, emenda para corrigir o equívoco ora apontado.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ela tem, assim, boa técnica e boa redação legislativa.

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade (na forma de Emenda anexa) e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.999, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2022.


Deputado DOMINGOS NETO
Relator

2022-5677



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.999, DE 2019

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos.

EMENDA Nº 1

Dá-se a seguinte redação ao parágrafo quarto do art. 4º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, na redação desse Projeto:

"Art. 4º.....

§ 4º Para fins de gestão administrativa e financeira dos recursos de que trata o § 3º, a Embrapa poderá celebrar acordos, contratos ou convênios, por prazo determinado, com fundações de apoio, instituídas nos termos da Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994."

Sala da Comissão, em de de 2022.


Deputado DOMINGOS NETO
Relator

2022-5677

